Erosão da costa portuguesa é grave e os efeitos vão piorar

18 de Julho, 2019

As zonas da costa com ocupação humana são as mais atingidas pelos efeitos da erosão costeira em Portugal, uma situação que vai agudizar-se, apesar das medidas que têm sido tomadas e que custam anualmente milhões ao Estado, realçam especialistas, noticia a Lusa.

A situação não é exclusiva de Portugal e deve-se a vários fatores, dos quais se destaca a intervenção humana nos leitos dos rios, nomeadamente barragens que impedem os sedimentos de se deslocarem para a zona costeira, os erros do ordenamento da faixa costeira cometidos ao longo de décadas e a retirada de areia dos rios para a construção.

Filipe Duarte Santos, da Universidade de Lisboa, destacou que a costa portuguesa “é das costas, à latitude a que se encontra, mais energéticas do mundo”, com ventos persistentes predominantemente de quadrante norte-oeste que orientam nesta direção as ondas.

Quando o mar atinge a costa, “não a atinge de frente, mas um bocadinho de lado”, e este movimento é permanente, desgastando a costa e “transportando areais de praias de norte para sul, com um valor médio de um milhão de toneladas de sedimentos por ano”. Se os sedimentos dos rios que antes chegavam às praias não chegam, a costa está em constante desgaste, acrescentou.

“Este problema agudiza-se em áreas ocupadas. As áreas ocupadas não são compatíveis em termos evolutivos com aquela evolução da linha de costa e, a determinada altura, temos um conflito entre a progressão do mar, o recuo da linha de costa e a manutenção dos espaços ocupados na zona costeira”, salientou, pelo seu lado, Óscar Ferreira, da Universidade do Algarve.

De acordo com os especialistas, “não há uma resolução definitiva para o problema” e o que pode ser feito para minimizar a erosão costeira está a ser feito, sobretudo através do reforço sedimentar, alimentando artificialmente as praias com areia.

“Temos limitações do ponto de vista de investimento, limitações financeiras que todos os países têm, mais ou menos, o nosso problema é um problema que é caro de resolver, mas penso que dentro das possibilidades que temos eu diria que estamos a fazer o melhor que é possível”, disse Filipe Duarte Santos.

Além da alimentação das praias, “em certos casos, não existe outra alternativa se não fazer proteções rígidas, enrocamentos, esporões, intervenções pesadas”, realçou. “Nas zonas onde não há ocupação, (...) onde não há um risco iminente para as populações, continua a deixar-se existir o recuo da linha de costa. Onde temos populações em risco, normalmente, tem

havido um esforço de colocação de areia com os custos associados”, disse Óscar Ferreira, salientando que este é “um esforço continuado e economicamente elevado”.

Óscar Ferreira destacou que as áreas mais preocupantes em termos de erosão costeira são também zonas de ocupação humana, como as zonas de “Espinho até Cortegaça, a zona do Sul de Aveiro, a zona Sul da Figueira da Foz, a área da Caparica, a zona da Quarteira e de Vale de Lobo até Faro”.

O investigador defendeu que, “em algumas áreas”, deveria ser ponderado “um passo à frente para as próximas décadas”, através da reorganização e do reordenamento da faixa costeira onde for possível. Ou seja, retirar as pessoas que vivem na zona costeira para outros locais, o que não é fácil, sobretudo por questões sociais e culturais.

“As pessoas estão, obviamente, muito apegadas à área que ocupam e querem manter-se nessa mesma área, o que é perfeitamente compreensível. No entanto, também tem que haver cada vez mais uma perceção de que isso tem custos diretos para o Estado muito elevados. (...) Todos pagam esses custos e, se por acaso tivessem que ser os diretos beneficiários a pagar esses custos, eles não teriam capacidade para o fazer. E, muito provavelmente, acabariam eles próprios por retirar-se”, salientou.

Segundo os investigadores, o mar “subiu”, mas na costa portuguesa “ainda não se identifica um fenómeno” de erosão que seja apenas devido às alterações climáticas. “A subida do nível médio do mar, em resultado das alterações climáticas, virá agravar ainda mais essa situação. Mas nós, neste momento, não precisamos sequer das alterações climáticas para ter já um problema grave”, concluiu Óscar Ferreira.